

Sra. Eng<sup>a</sup> Ana Paula Vitorino  
Ministra do Mar  
Praça do Comércio  
1100-038 Lisboa

Lisboa, 25 Julho 2017

## Apelo a Portugal para que deixe de apoiar a mineração em mar profundo

Excelentíssima Senhora Ministra do Mar,

Vimos deste modo partilhar a nossa profunda preocupação sobre o papel que Portugal está a desempenhar no apoio ao desenvolvimento da mineração em mar profundo.

A mineração em mar profundo encontra-se em conflito com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030, em particular com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos oceanos (ODS #14) e com o consumo e a produção sustentáveis (ODS #12). Muitas publicações científicas avisam sobre os riscos de impactos ambientais significativos e irreversíveis e indicam que é urgente aplicar de forma robusta o princípio precaucionário para proteger o mar profundo deste sector emergente. A revisão periódica de 2016 da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos ("Artigo 154 da revisão") apontou para graves deficiências estruturais a nível da transparência e eficácia, questionando a sua capacidade de governar o mar profundo de forma efetiva.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, decorrida no início de Junho, a *Seas At Risk*, apoiada pelo GEOTA, LPN, Quercus – ANCN, Sciaena e 34 outras Organizações Não Governamentais (ONGs) mundiais, pediu à comunidade internacional que parasse imediatamente a mineração de profundidade e convidou-a a concentrar-se em alternativas sustentáveis. Isto significa uma transição completa para consumo e produção sustentáveis. Em anexo, encontra-se a declaração da *Seas At Risk* sobre o assunto. Durante a sessão anual da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (de 7 a 18 de agosto de 2017), os Estados Membros votarão sobre as possíveis reformas da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, bem como sobre os procedimentos para o desenvolvimento de regulamentos ambientais internacionais. Esperamos que Portugal tome uma posição ambiciosa nesta reunião, aplicando o princípio precaucionário.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), os recursos do mar profundo são património comum da Humanidade. As ONGs subscritas acreditam que Vossa Excelência fará todos os seus meios para salvaguardar este património para as gerações futuras.

Pelo exposto, pedimos para que aplique todos os esforços para garantir que a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos aplique efetivamente o princípio precaucionário e que se cessem todos os trabalhos de prospeção e exploração de minérios atualmente em vigor.

Vimos desta forma requerer também que Portugal suspenda o seu apoio à mineração em águas profundas e que a proteção do mar profundo se mantenha prioritária na agenda portuguesa.

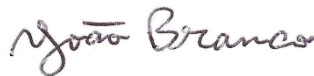
Portugal desenvolve atualmente um esforço sem igual para o estabelecimento de Áreas Marinhas Protegidas, protegendo inclusivamente o mar profundo de atividades altamente destrutivas (p.e: arrasto do fundo) tendo também agora a oportunidade de se colocar na vanguarda na evolução da economia circular, tornando a mineração de águas profundas desnecessária.

Juntamos a este apelo um pedido de reunião com a Excelentíssima Senhora Ministra do Mar para que possamos apresentar as nossas preocupações e uma posição fundamentada sobre as razões pelas quais a mineração em águas profundas não poderá nunca ser considerada sustentável.

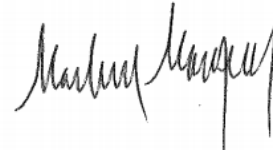
Agradecendo desde já a V. disponibilidade, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos,



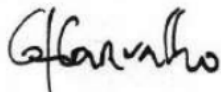
Doutora Monica Verbeek  
Diretora Executiva  
Seas At Risk  
mverbeek@seas-at-risk.org



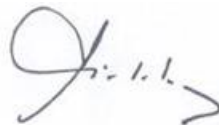
João Branco  
Presidente da Direção Nacional  
Quercus – ANCN



Marlene Marques  
Presidente da Direção  
GEOTA – Grupo de Estudos de  
Ordenamento do Território e  
Ambiente



Gonçalo Carvalho  
Presidente  
Sciaena



Tito Rosa  
Presidente da Direção  
LPN – Liga para a Protecção  
da Natureza

CC: Exm<sup>o</sup> Primeiro Ministro Sr. Dr. António Costa  
Exm<sup>o</sup> Ministro do Ambiente Sr. Eng<sup>o</sup> João Fernandes  
Exm<sup>o</sup> Presidente do Governo Regional dos Açores Sr. Dr. Vasco Cordeiro

Em anexo: A mineração em águas profundas não tem lugar num futuro comprometido e visionado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Declaração para a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, Nova Iorque, 5 a 9 de Julho de 2017.